

Nunca mais voltas ao Cais? Percepções Sociais e Políticas sobre os Cais da Ria de Aveiro

F. Martins ^a; E. Figueiredo ^b,
H. Albuquerque ^a e M. Robaina ^c

^a CESAM, Dep. Ambiente e Ordenamento
Universidade de Aveiro, 3810-193 Aveiro

filomena@ua.pt; helena.albuquerque@ua.pt

^b GOVCOPP, S.A. Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas
Universidade de Aveiro, 3810 – 193 Aveiro

elisa@ua.pt

^c GOVCOPP, Dep. Engenharia e Gestão Industrial
Universidade de Aveiro, 3810 – 193 Aveiro

mrobaina@ua.pt

SUMÁRIO

As comunidades existentes em torno da Ria de Aveiro sempre mantiveram com esta uma forte afinidade. Este ecossistema foi sempre utilizado como fonte de recursos, sendo que as populações mais ribeirinhas viviam em função do que a “Ria” lhes concedia – o sal, o moliço, a pesca, o transporte lagunar e mesmo a agricultura. Por esta razão, foram construídos vários cais de acostagem que serviam de suporte às diversas actividades que aí se desenvolviam. Com o desaparecimento/desvalorização de determinadas actividades, muitos destes cais foram perdendo a sua vitalidade, encontrando-se de momento em forte estado de degradação e contribuindo para o continuado abandono destas áreas que, por sua vez, tem implicações quer na estrutura socioeconómica das comunidades locais quer no próprio ecossistema. No sentido de recuperar e revalorizar os cais de acostagem, o programa *Polis Litoral Ria de Aveiro*, promoveu o *Estudo de Caracterização para o Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares*, focalizado sobre 22 cais dos municípios de Ovar, Estarreja, Murto, Aveiro, Ílhavo e Mira. Neste contexto foram analisados, a área de influência de cada cais, as actividades económicas e sociais presentes, bem como as potencialidades de desenvolvimento das actividades existentes.

PALAVRAS CHAVE: *Percepções sociais, Cais; Actividade piscatória, Potencialidades dos cais, Ria de Aveiro*

INTRODUÇÃO

A Ria de Aveiro é uma extensa e vasta área lagunar que se estende por um conjunto de dez municípios, desde Ovar, a Norte, até Mira, a Sul e para interior, Águeda, Albergaria-a-Velha e Oliveira do Bairro. É considerada “(...) uma das maiores, mais expressivas e biologicamente mais significativas zonas húmidas litorais de Portugal” (DGOTDU, 2004), tendo sido criada como Zona de Protecção Especial (código PTZPE0004), pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro de 1999. As razões que levaram a esta classificação prendem-se com o facto da Ria de Aveiro ser a zona húmida de maior importância do norte de Portugal, nomeadamente para a conservação da avifauna aquática, funcionando como área de reprodução e alimentação para um largo número de espécies de aves (ICN, 2006a).

Para além das características naturais, a Ria de Aveiro desde sempre possibilitou a existência e desenvolvimento de diversas actividades económicas, designadamente a pesca, a apanha do moliço, o sal, o transporte lagunar e mesmo a agricultura. As condições favoráveis de navegabilidade e as actividades mencionadas implicaram a construção de vários cais de acostagem, que possuem actualmente, além da sua componente económica, um significado histórico e cultural para muitos núcleos populacionais ribeirinhos (Alves, et. Al, s/d). Com o desaparecimento e consequente desvalorização de determinadas actividades, muitos destes cais foram perdendo a sua vitalidade, encontrando-se actualmente, na sua maioria, em forte estado de degradação, situação que por sua vez, tem contribuído para o

abandono destas áreas. Paralelamente, estas circunstâncias têm importantes implicações, quer na estrutura social e económica das comunidades locais, quer no próprio ecossistema.

Neste trabalho são analisados 22 cais de acostagem/núcleos piscatórios, que integram seis dos municípios que envolvem a Ria de Aveiro – Ovar, Estarreja, Murto, Aveiro, Ílhavo e Mira (figura 1). Esta análise foi efectuada no âmbito do *Estudo de Caracterização para o Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares*, do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*. O referido estudo foi desenvolvido no sentido de promover a recuperação e a revalorização dos cais de acostagem mencionados.

Neste sentido, procuramos neste trabalho analisar, do ponto de vista socioeconómico, a área de influência de cada cais bem como averiguar as potencialidades de desenvolvimento das actividades neles ainda existentes. Para a análise são fundamentais os dados recolhidos (apesar da sua natureza exploratória), através de entrevistas às entidades políticas e de inquéritos por questionário a uma amostra dos utilizadores dos cais, com o objectivo de conhecer as suas percepções relativamente ao estado de conservação, à importância socioeconómica e cultural de cada cais, bem como de averiguar as suas principais necessidades e potencialidades de desenvolvimento. A integração, na análise e planeamento destas infraestruturas, de informação sobre as percepções sociais reveste-se de grande importância, num contexto, como o português, em que as opiniões, visões e necessidades das populações/utentes locais são muitas vezes negligenciadas. Por outro lado, estes actores sociais são aqueles que possuem um conhecimento prático e quotidiano daquelas

infraestruturas e do seu estado de conservação, sendo por isso relevante ter acesso a esse conhecimento e integrá-lo adequadamente no planeamento.

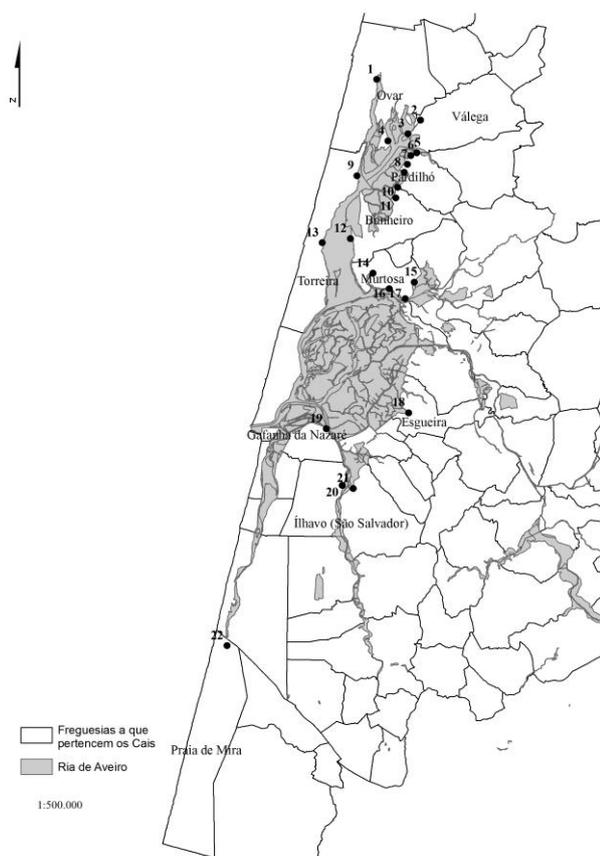


Figura 1: Localização dos Cais (**Legenda:** 1 – Cais da Pedra; 2 – Cais do Puchadouro; 3 – Cais do Torrão; 4 – Cais da Tijosa; 5 – Cais do Nacinho; 6 – Cais da Tabuada; 7 – Cais das Bulhas; 8 – Cais da Ribeira da Aldeia; 9 – Cais dos Moliceiros das Quintas do norte; 10 – Cais das Teixugueiras; 11 – Cais da Boca da Marinha; 12 – Cais da Bestida; 13 – Porto de Abrigo da Torreira; 14 – Cais da Ribeira de Pardelhas; 15 – Cais da Cambeia; 16 – Cais do Bico; 17 – Cais do Chegado; 18 – Cais da Ribeira de Esgueira; 19 – Cais da Gafanha da Nazaré; 20 – Cais da Gafanha d’Áquem; 21 – Cais da Malhada; 22 – Cais do Areão) Fonte: Adaptado de: CAOP (2009), SAL “Sal do Atlântico” (2004-2007), Polis Ria de Aveiro (2010)

Este trabalho inicia-se com uma breve nota histórica sobre os cais de acostagem que foram objecto de análise, assim como das principais actividades aí desenvolvidas. Seguidamente caracterizam-se os cais e a sua área envolvente, recorrendo às fontes estatísticas e bibliográficas disponíveis. Finalmente, analisam-se as percepções dos utilizadores dos cais e das entidades políticas. Com base nos dados recolhidos é possível concluir que a maior parte dos cais possui elevado potencial a nível económico, turístico e desportivo, mesmo se na actualidade possuam pouca ou nenhuma dinâmica.

BREVE HISTÓRIA DOS CAIS DA RIA DE AVEIRO E ACTIVIDADES

Durante séculos a economia da região lagunar da Ria de Aveiro esteve exclusivamente baseada na exploração dos seus recursos locais (Sarmento, 2005, p.207). As populações dos concelhos que rodeiam a Ria de Aveiro sempre mantiveram uma forte afinidade com este ecossistema, vivendo em função do que a Ria lhes concedia – a pesca, a recolha do molicho, bivalves e crustáceos, o sal, o tráfego lagunar e a agricultura. Ao longo dos séculos estas populações desenvolveram actividades agro - marinhas, em que a conjugação entre a pesca marítima e a lagunar associada à agricultura assegurava a base da economia doméstica. Segundo Sarmento (2005, p.208) “nos séculos XII e XIII, a pesca marítima e a pesca fluvial estavam claramente diferenciadas (...)” sendo no entanto exercidas em simultâneo com o trabalho agrícola. Segundo o mesmo autor, a evolução da morfologia costeira, sobretudo a partir do século XVI, provocou a decadência da pesca lagunar, levando a que muitos pescadores se dedicassem a esta faina no mar. Já no século XIX, após a abertura e fixação da barra (1808), as actividades lagunares registam um forte incremento, suscitando a necessidade de medidas de protecção dos recursos, como a instituição de um período de defeso (1868) e a regulação dos usos.

Ao longo dos séculos e até meados do século XX a Ria de Aveiro, funcionou como o mais importante eixo de comunicação entre as populações ribeirinhas, na ausência de grandes eixos rodoviários (a estrada que liga Ovar a São Jacinto foi construída em 1952, EN327). O vento e “ (...) os canais lagunares foram aproveitados para o transporte e deslocação entre as margens (...)” (Sarmento, 2005, p.219) sendo rotineiras as travessias e comuns a associação entre habitações e bateiras nas margens da Ria. Este contexto dá lugar à criação de uma grande diversidade de embarcações e de cais e locais de acostagem.

No Regulamento da Ria, 1915 é referido que apenas “os habitantes da Murtosa são verdadeiramente pescadores, tendo este modo de vida e conhecendo a arte – tanto os aparelhos como os hábitos, frequência, modos de captura de cada espécie, etc.” (Nobre, et. al., 1915, pág. 98). Todos os outros habitantes ribeirinhos têm outras actividades, explorando “(...) a pesca da ria como um recurso de que lançam mão, quando lhes escasseia o trabalho das suas ocupações principais, o que para todos sucede no Inverno. Há os mercantéis, os marnotos, os que se empregam no serviço de terra ou do mar das companhias da costa, os lavradores, etc.” (Nobre, et. al., 1915, pag. 98). No entanto Moreirinhas (1998, pág. 27) distingue quatro grandes grupos de comunidades piscatórias localizadas em toda a extensão de Ria de Aveiro: a) os núcleos piscatórios da Torreira, S. Jacinto e Costa Nova, onde os pescadores se dedicam “em exclusividade” (Moreirinhas, 1998) à actividade piscatória, quer na laguna, quer na região costeira limítrofe; b) os núcleos piscatórios a sul da Costa Nova (Vagueira, Areão e Mira) e a norte da Torreira, onde “(...) existe a prática de uma pesca costeira tradicional.” (Moreirinhas, 1998); c) os núcleos piscatórios a nascente, nomeadamente na Murtosa (Cais da Bestida), em que os pescadores também exercem essa actividade em exclusivo; d) os núcleos piscatórios, também a nascente, mas da Gafanha da Encarnação, que praticam a actividade piscatória em complementaridade com outras actividades, tais como a agricultura e o trabalho em fábricas.

As estas comunidades estão associadas portos, cais ou simples locais de acostagem. Estas mesmas infra-estruturas sustentam funções sociais, culturais e religiosas das comunidades ribeirinhas.

CARACTERIZAÇÃO DOS CAIS E ÁREAS ENVOLVENTES

Dados Socioeconómicos

A partir dos dados socioeconómicos disponíveis ao nível dos concelhos e freguesias onde se situam os cais em estudo, é possível perceber a existência de uma relação positiva entre a taxa de desemprego dos concelhos e freguesias e a importância da pesca no conjunto da actividade económica dos mesmos. Analogamente, essa relação aparenta ser negativa, se relacionarmos a população activa com a importância da pesca. Isto significa, aparentemente que as zonas em que a pesca é uma actividade mais importante em termos económicos, são zonas em que se verifica mais desemprego, e possivelmente zonas mais pobres ou carenciadas. Por outro lado, nesses concelhos ou freguesias, verifica-se existir uma percentagem de população activa menor, logo, existe uma população constituída sobretudo por idosos, crianças e jovens.

Se analisarmos os dados relativos à estrutura etária, verificamos que os concelhos e freguesias, onde a pesca assume maior importância, são tendencialmente zonas onde a população é mais envelhecida. Pelo parágrafo anterior podemos concluir que a menor percentagem de população activa se deverá à existência de uma maior percentagem de idosos. Convém também referir que, na generalidade dos concelhos onde se situam os cais, se verifica uma maior percentagem de pessoas cujo principal meio de vida são “pensões/reforma” e “a carga da família”, o que corrobora o que vimos anteriormente. Esta condição dá origem a uma menor intensidade de utilização e a menor investimento de manutenção das infra-estruturas de acostagem o que associado à degradação das condições de navegabilidade da ria potencia o abandono ou menor utilização de alguns desses cais.

Área de Influência

Para a generalidade dos cais analisados, a área de influência é local, concentrando-se na respectiva freguesia. No entanto existem cais em que a área de influência se estende a outros concelhos, como é o caso do Cais do Puchadouro, devido sobretudo à presença da associação de canoagem (Clube de Canoagem de Ovar), que tem uma influência alargada em muitas freguesias distantes e no concelho vizinho (São João da Madeira). O Cais da Ribeira da Aldeia de Cima tem uma área de influência essencialmente local, no entanto, e devido à actividade turística e recreativa, a área de influência é estendida pontualmente além freguesia, isto é, a nível nacional ou mesmo internacional (para os casos do caravanismo).

Relativamente à estrutura etária, a população dos cais analisados encontra-se sobretudo nos escalões etários entre os 20 e os 50 anos, apresentando uma estrutura maioritariamente adulta, observando-se tendência para o envelhecimento da população. Os Cais do Torrão e do Porto de Abrigo da Torreira apresentam uma população ligeiramente mais jovem. O Cais do Areão não possui qualquer tipo de utilização e nem quaisquer utilizadores, portanto a sua área actual de influência não existe. No entanto, e de acordo com as entrevistas realizadas, caso seja reabilitado e sejam exploradas as suas potencialidades, a sua área de influência potencial poderá ter uma estrutura etária também tendencialmente mais jovem do que a da generalidade dos cais analisados.

Caracterização

De uma forma geral, os cais estão inseridos em zonas rurais, entre campos agrícolas e áreas florestais. Surgem, no entanto, algumas excepções que enunciaremos a seguir. O Cais do Porto de Abrigo da Torreira, localiza-se na frente urbana ribeirinha, sendo limitado pela EN 327 ao longo da qual se encontra o aglomerado urbano. O Cais da Gafanha da Nazaré situa-se no Cais de Pesca longínqua, limitado pela estrada envolvente, onde se encontram vários armazéns. A área do Cais da Gafanha de Aquém é limitada pela estrada EM590, ao longo da qual se situam diversas habitações. A área do Cais da Malhada é limitada pela Via da Malhada, ao longo da qual se encontram habitações, próximo do aglomerado urbano e do centro da cidade de Ílhavo.

Os cais possuem boas localizações e boas acessibilidades terrestres, no entanto, na sua envolvente, o pavimento encontra-se geralmente degradado e é frequentemente inundado pelas marés. Pelo contrário verificámos que as condições físicas dos cais se encontram completamente degradadas, estando estes muito assoreados e não existindo qualquer tipo de equipamento nos cais. Quando existem equipamentos, estes são rudimentares, insuficientes e degradados. Ocorrem algumas excepções, como o caso do Cais da Bestida, que possui um porto de abrigo, incluindo uma rampa, uma plataforma flutuante, iluminação e painéis informativos sobre a avifauna existente, sendo todos estes equipamentos considerados suficientes. O Cais da Ribeira de Pardelhas tem uma razoável conservação física, com estruturas e equipamentos considerados suficientes, incluindo-se, o muro de suporte, o guincho, a rampa, estacaria, escadas, amarrações e iluminação. O Cais do Bico possui um parque de estacionamento, um parque de merendas, ambos arborizados, instalações sanitárias e placares informativos.

Considera-se que a maioria dos cais é suficientemente dimensionado. Excluem-se o Cais da Bestida (ao nível da plataforma flutuante), o Cais do Porto de Abrigo da Torreira e o Cais da Gafanha de Aquém, que se podem considerar subdimensionados.

Os aspectos naturais/ambientais dos vários cais analisados estão bem conservados, manifestando-se vestígios de alguma falta ou inexistência de serviços de limpeza. O assoreamento dos canais na proximidade da área dos cais é um grave problema, impedindo a boa navegabilidade e acessibilidade dos mesmos.

Actividades Presentes

A actividade principal dos cais é a pesca artesanal (com excepção do Cais do Areão, em que não existe qualquer actividade), contudo, ao longo das últimas décadas tem-se assistido a uma evolução negativa nesta actividade. Paralelamente, em todos os cais existe a actividade de observação da Natureza (Paisagem, fauna e flora).

Para além disso, no Cais da Pedra e no Cais do Torrão existe pesca desportiva. No Cais do Puchadouro verifica-se a prática de actividades desportivas, nomeadamente canoagem, recuperação de barcos e actividade museológica, elaboradas pela Associação CENÁRIO, actividades de lazer associadas ao agregado familiar dos atletas do Clube de Canoagem de Ovar e promovidas pela associação CENÁRIO (duas vezes por ano, no cais, faz exposição de barcos antigos recuperados, assumindo-se como uma atracção muito visitada por essas alturas, quer por escolas quer por pessoas da freguesia e do concelho) e passeios autónomos de embarcações, no âmbito do recreio náutico. No Cais do Nacinho, no Cais das Bulhas e no Cais da Bestida existem também actividades de

restauro e construção de barcos em madeira e também passeios autónomos com embarcações, no âmbito do recreio náutico.

No Cais da Ribeira da Aldeia de Cima estão presentes a prática de canoagem e ginásio da Secção de Canoagem da A.C.R. Saavedra Guedes, a recuperação de barcos de madeira, um Café Snack/bar (entretanto encerrado), actividades de merendas promovidas pelos familiares dos atletas e por instituições como lar de terceira idade da Quinta do Resende e o Rancho Etnográfico de Pardilhó (que organizam também alguns eventos recreativos no cais), caravanismo e passeios autónomos de embarcações no âmbito do recreio náutico.

No Cais da Bestida existem actividades náuticas desportivas, caravanismo, actividades de Recreio/lazer em família, passeios de barco moliceiro (sobretudo no Verão) e passeio autónomo de embarcação, no âmbito do recreio náutico.

No Cais da Ribeira de Pardelhas existem actividades relacionadas com a Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro, das quais se destaca a recuperação de barcos tradicionais de madeira e passeios turísticos em barco tradicional. Existe ainda um Café / snack-bar e actividades de lazer associadas ao usufruto do espaço de merendas aí existente, ao passeio de famílias, grupos e pessoas isoladas, e a passeios turísticos e de lazer da Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro. Verificam-se ainda passeios autónomos de embarcações, no âmbito do recreio náutico e caravanismo.

No Cais do Bico existem actividades de restauração (Café Snack/bar “O Moliceiro”, Restaurante “O Bico”), actividades náuticas desportivas (como a vela, canoagem esporádica), actividades de turismo associadas ao caravanismo e de recreio e lazer (passeios de barco moliceiro e passeio autónomo de embarcação, no âmbito do recreio náutico).

No Cais dos Moliceiros das Quintas do Norte: temos/são praticadas ainda actividades desportivas e culturais pontuais (Regatas de Moliceiros durante as festas da Torreira e passeio autónomo de embarcações, no âmbito do recreio náutico)

No Cais de Esgueira, uma vez por ano a ACREMA (Associação Cultural e Recreativa de Mataduchos) organiza a um concurso de pesca, promovendo também alguma actividade de canoagem pontual. Podemos afirmar pelo que foi dito atrás que ao contrário de décadas anteriores não são apenas os recursos naturais (pesca, molicho, sal, marisqueio) mas também os serviços ecológicos e ambientais, os valores paisagísticos e as funções sociais e culturais daí decorrentes os principais motores de utilização actual dos cais

PERCEPÇÕES DOS UTILIZADORES E ENTIDADES POLÍTICAS

Nota metodológica e breve caracterização dos inquiridos

Como se referiu na introdução, a análise das percepções sociais acerca de determinadas infraestruturas e intervenções, tem-se assumido crescentemente como relevante, essencialmente quando se trata de integrar o conhecimento dos diversos actores num planeamento e gestão de equipamentos mais eficaz. Assim, neste trabalho considerámos relevante, para além da utilização de informação de tipo documental (estatística e institucional), a realização de entrevistas a diversos agentes políticos e administrativos e de inquéritos por questionário aos vários utilizadores dos cais. Esta informação foi recolhida e analisada, como mencionado anteriormente, para averiguar os usos dos cais nas suas mais diversas dimensões (sociais, económicas, culturais), assim como as visões sobre o estado de conservação (física e

ambiental) e ainda acerca das potencialidades apresentadas por cada cais para o desenvolvimento de actividades já existentes e/ou a criar.

Foram realizadas 17 entrevistas semi-estruturadas, das quais 12 a presidentes das juntas de freguesia e a representantes e técnicos das Câmaras Municipais onde se encontram localizados os cais considerados e 5 a representantes de associações culturais, desportivas e recreativas que têm interesse ou são utilizadores dos cais. Estas entrevistas tinham como objectivo conhecer a opinião dos entrevistados relativamente à utilização, avaliação e importância de cada um dos cais.

Foram realizados 109 inquéritos por questionário aos diversos utilizadores dos cais (tabela 1). A amostra foi construída tendo em conta os vários usos dos mesmos – pesca, desporto e recreio/lazer – com base num trabalho prévio de reconhecimento e levantamento, quer das actividades, quer dos utilizadores presentes.

De salientar que a distribuição apresentada na tabela 1 não pode ser considerada representativa dos utilizadores dos cais,

Tabela 1: Distribuição dos Inquéritos, por cais e tipo de inquirido

Cais	Tipo de Inquirido			Total
	Pescador	Atleta	Recreio e Lazer	
Tijosa	0	0	1	1
Puchadouro	2	7	0	9
Nancinho	2	0	0	2
Bulhas	3	0	1	4
Ribeira da Aldeia de Cima	4	4	8	16
Teixugueiras	0	0	1	1
Bestida	12	0	1	13
Bico	13	0	0	13
Chegado	2	0	0	2
Porto de Abrigo da Torreira	30	0	0	30
Gafanha da Nazaré	5	0	0	5
Gafanha D'Aquém	8	0	1	9
Malhada	4	0	0	4
Total	85	11	13	109

essencialmente devido à ausência de dados objectivos que permitissem um correcto conhecimento sobre as suas características. Deste modo, a análise apresentada reveste-se de um carácter exploratório. Em alguns cais (Pedra, Torrão, Areão, Tabuada, Boca da Marinha, Ribeira de Pardelhas, Cambeia, Moliceiros das Quintas do Norte e Ribeira de Esgueira) não foram realizados questionários, devido à inexistência ou a um muito reduzido número de utilizadores.

O tipo de utilizador mais frequente destes cais é o pescador artesanal, sendo que aparece referido pelos entrevistados em 19 dos 22 cais. Destes 20 cais, 9 apenas apresentam este tipo de utilizador, segundo os entrevistados, sendo eles Cais da Pedra, Cais da Tijosa, Cais da Tabuada, Cais das Bulhas, Cais das Teixugueiras, Cais da Boca da Marinha, Cais do Porto de Abrigo

da Torreira, Cais da Gafanha da Nazaré e Cais da Gafanha de Aquém. Nos restantes, além dos pescadores artesanais surgem utilizadores de recreio e lazer, turistas, de desportos náuticos ou pesca como hobby/pesca desportiva.

A maioria dos indivíduos que responderam ao questionário possui entre 35 e 54 anos (40,4%), sendo que existem algumas variações por cais. Assim, no cais da Bestida encontramos predominantemente utilizadores com 65 ou mais anos, enquanto nos cais do Puchadouro e Porto de Abrigo da Torreira se verifica um predomínio dos inquiridos mais jovens. Esta divisão etária é coincidente com as actividades mais frequentemente praticadas em cada cais. Em termos de escolaridade, a maior parte dos inquiridos possui o 2º ciclo do Ensino Básico (ou equivalente) (35,8%). Apenas no cais do Puchadouro, onde os atletas são predominantes, se verifica a existência de indivíduos com o Ensino Superior.

73,4% dos inquiridos exerce uma actividade económica, 13,8% reformados e respectivamente 8,3% e 2,8% são estudantes e desempregados. Cruzando estes dados com a profissão principal dos inquiridos, observamos o claro predomínio dos *pescadores por conta própria* (54,1%), situação que é mais visível nos cais da Gafanha d'Aquém, Porto de Abrigo da Torreira, Bestida e Bico e que configura uma utilização dos cais como fundamental para a sobrevivência dos indivíduos e dos seus agregados familiares. 78% dos inquiridos declara rendimentos mensais do agregado familiar inferiores a 1000 €. No entanto, apenas para 15,3% o rendimento gerado pela actividade desenvolvida nos cais (a pesca) corresponde à totalidade dos rendimentos do agregado familiar. Para 40% dos indivíduos essa contribuição é inferior a 10%, revelando um proveito económico muitíssimo reduzido. Apesar disto, 62,4% atribui aos cais muita relevância precisamente devido à sua natureza de fonte parcial ou principal dos rendimentos familiares.

A maior parte dos indivíduos inquiridos (72,5%) utiliza como embarcação a bateira, seguida da lancha e da canoa (ambas com 12,8%). Obviamente que estes dados se relacionam estreitamente com o tipo de actividade desenvolvida nos cais, pelos inquiridos. Assim, como podemos ver na figura 2, a larga maioria dos inquiridos utiliza os cais para a pesca. Nos Cais da Gafanha d'Aquém e Porto de Abrigo da Torreira esta é aliás a única actividade presente. O recreio apresenta níveis ligeiramente superiores no cais da Gafanha da Nazaré e as actividades desportivas são predominantes no cais do Puchadouro. De salientar que uma escassa percentagem de utilizadores (menos de

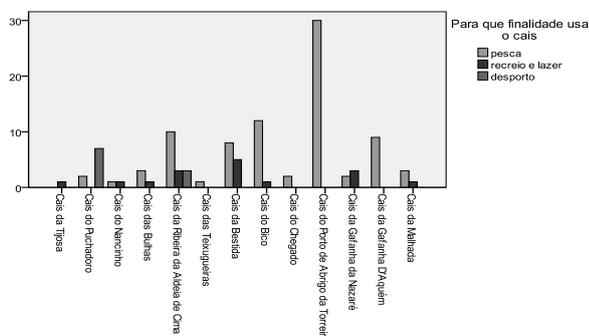


Figura 2: Tipo de utilização, por cais (n.º)

2%) usa os cais para outras actividades para além da principal.

De acordo com as entidades entrevistadas, em 19 dos 22 cais é praticada a actividade de pesca artesanal (figura 3), o que revela a importância que estes cais possuem para as comunidades locais, quer em termos económicos, quer sociais. É também referido em 10 dos cais a existência de actividades ligadas ao lazer e recreio, nomeadamente a realização de merendas, observação de aves e a simples contemplação da paisagem. Destaca-se ainda a prática de desportos náuticos no Cais do Puchadouro e da Ribeira da Aldeia de Cima. Por fim, verifica-se que apenas um dos cais analisados (Areão) não apresenta qualquer tipo de utilização.

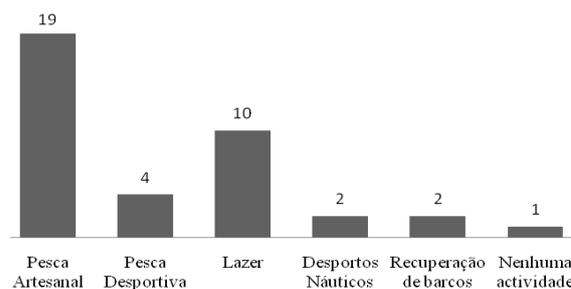


Figura 3: Principais actividades praticadas nos cais, segundo os entrevistados

A utilização dos cais assume uma natureza muito prolongada para uma boa parte dos inquiridos. Efectivamente, 51,4% utiliza o cais há mais de 10 anos e 26,6% entre os 5 e os 10 anos. Paralelamente, 59,6% dos indivíduos faz uma utilização muito intensa dos cais (diariamente), situação que é mais evidente nos cais onde a actividade piscatória é mais relevante (Porto de Abrigo da Torreira, Bico e Bestida).

Avaliação da Localização e Estado de Conservação dos Cais

Nas entrevistas foi questionada qual a área de influência de cada um dos cais, sendo que a maioria dos entrevistados respondeu que esta se restringe à freguesia onde o cais se encontra. No entanto, no cais da Pedra, do Puchadouro, da Ribeira de Pardelhas, do Bico, do Chegado, da Cambeia, da Ribeira de Esgueira e da Gafanha da Nazaré, esta área de influência, segundo os entrevistados, estende-se para todo o concelho. Alguns dos inquiridos referem mesmo que a área de influência dos cais não é maior devido ao estado de degradação em que estes se encontram, pois se apresentassem melhores condições, seriam muito mais atractivos.

Em termos globais, também a maior parte dos inquiridos (93,6%) aponta a boa localização dos cais, por referência à proximidade com a sua residência e à acessibilidade, tanto em termos da facilidade como do estado de conservação dos acessos.

A mesma avaliação positiva não é feita quando nos referimos ao estado de conservação física (das infraestruturas e equipamentos existentes) dos cais. Assim, como se pode observar na figura 4, a maioria destaca a má ou insuficiente conservação física (70,6%).

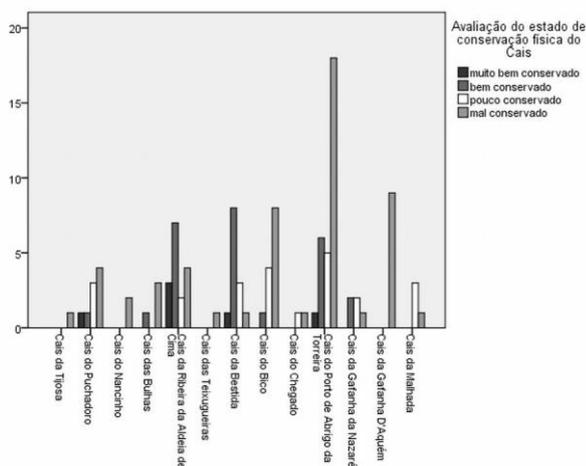


Figura 4: Avaliação do estado de conservação física dos cais (n.º)

São os utentes dos cais do Porto de Abrigo da Torreira, Gafanha d'Aquém, Bico, Puchadouro, Ribeira da Aldeia de Cima e Bestida que, com maior nitidez, aponta o mau ou insuficiente estado de conservação física destas infraestruturas, sendo as principais razões o *estado de degradação total* e o *assoreamento*. Consequentemente, não é surpreendente constatar que como intervenções a realizar, os indivíduos apontem a *dragagem* dos cais e também a *requalificação geral dos cais* e o *levantamento de muros*, como as mais necessárias.

Atendendo a esta má avaliação dos cais em termos de conservação física, é surpreendente constatar que, no que se refere ao seu estado de preservação ambiental e natural, a maior parte (68,8%) dos inquiridos faz uma avaliação muito positiva, sendo que apenas 28% a caracteriza como negativa ou inexistente. Esta situação parece poder relacionar-se com a percepção da pouca interferência que os aspectos ambientais e naturais têm no desempenho das actividades realizadas nos cais, nomeadamente a pesca e ainda com uma visão dos aspectos ambientais como independentes da acção e das actividades humanas. Entre aqueles que classificam o estado de conservação ambiental como mau e/ou inexistente, a *poluição das águas* surge destacadamente como principal motivo. Consequentemente, a *limpeza geral dos cais* e (uma vez mais) a *dragagem* emergem como as principais intervenções a realiza.

Já na opinião dos entrevistados, foi referido que os cais apresentam um mau estado de conservação, relativamente à sua envolvente. Em 16 dos 22 cais analisados, os entrevistados consideraram que a envolvente se encontra em muito mau estado, sendo que apenas 3 consideraram o estado razoável e outros 3 consideraram o estado de conservação bom. Destaca-se que são os cais que apresentam uma grande utilização por parte de pescadores os que se encontram, na opinião dos entrevistados em bom estado (Cais da Ribeira de Pardelhas, Cais do Bico e Cais do Porto de Abrigo da Torreira). Identificam esta área envolvente como sendo "áreas muito sensíveis em termos de elementos naturais" e com enorme potencial, com "fauna e flora extraordinária, com patos bravos, galinhas de água, galeirões, narceja, garças, flamengos, corujas, coelhos bravos e outros". No entanto, a maior parte dos entrevistados evidencia a necessidade de se proceder a uma requalificação urgente, quer em termos naturais, quer em termos paisagísticos, já que, segundo referem, estas áreas oferecem um forte potencial atractivo.

A dimensão dos cais é um aspecto que não reuniu o consenso dos inquiridos. Assim, 55,3% refere que os cais se encontram bem dimensionados relativamente ao número de embarcações e utilizadores e 44,7% considera que a dimensão deveria ser aumentada. É nos cais do Porto de Abrigo da Torreira, Gafanha d'Aquém e Puchadouro que se concentram estes últimos inquiridos. Também os entrevistados não reuniram consenso relativamente a este aspecto. Em 5 Cais foi considerada dimensão boa, em 12 consideraram que se encontram suficientemente dimensionados e em 5 consideraram ter uma dimensão insuficiente, nomeadamente os Cais do Porto de Abrigo da Torreira, dos Moliceiros das Quintas do Norte, da Gafanha da Nazaré, da Gafanha d'Aquém e da Malhada.

Avaliação das Necessidades dos Cais

Um dos objectivos dos questionários foi identificar as necessidades sentidas pelos utilizadores dos cais, para o desenvolvimento das suas actividades. De forma global, como mostra a figura 5 a maior parte refere que os cais não estão dotados de equipamentos suficientes.

Apenas nos cais do Bico, Bestida e Ribeira da Aldeia de Cima

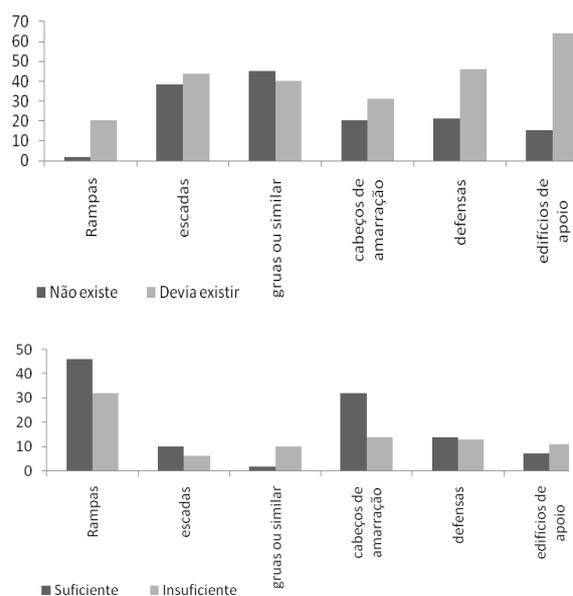


Figura 5: Existência e Suficiência de equipamentos nos cais (%)

foram considerados suficientes os equipamentos existentes, como rampas, gruas e equipamentos de elevação similares. Também de um modo geral, nos restantes cais, para além dos equipamentos já mencionados foram referidos como insuficientes e necessários: edifícios de apoio, escadas, defensas e cabeços de amarração. Em percentagens muito modestas foram igualmente referidos os armazéns, balneários e iluminação.

A este respeito, foi referido pelos entrevistados que em 15 cais não existe qualquer tipo de equipamento/estrutura ou o que existe é muito rudimentar ou precário (Pedra, Tijosa, Torrão, Nacinho, Tabuada, Bulhas, Teixugueira, Boca da Marinha, Moliceiros das Quintas do Norte, Cambeia, Ribeira de Esgueira, Gafanha d'Aquém, Gafanha da Nazaré, Malhada e Areão). Nos restantes (Cais do Puchadouro, Ribeira da Aldeia, Bestida, Bico e Porto de Abrigo da Torreira), foram identificados alguns equipamentos/estruturas, tais como Plataformas Flutuantes, Muros

de Suporte, Rampas, Locais de Amarração e Guincho. No entanto, os entrevistados apenas consideraram razoáveis os equipamentos/estruturas existentes nos Cais da Ribeira da Aldeia e da Béstida. Nos Cais do Puchadouro, Bico e Porto de Abrigo da Torreira, foram considerados maus.

No que concerne a estruturas existentes e/ou necessárias nos cais, as maiores insuficiências relacionam-se com as estruturas flutuantes para acostagem e amarração das embarcações, as defensas e os muros (figura 6).

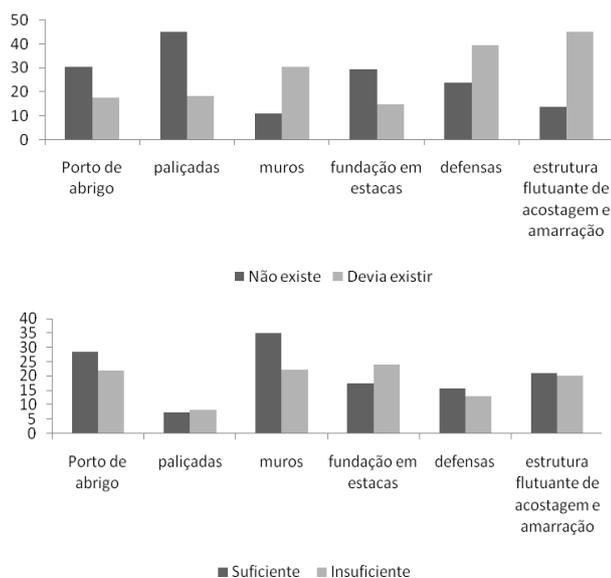


Figura 6: Existência e Suficiência de estruturas nos cais (%)

Uma vez mais, é essencialmente nos cais onde a actividade piscatória é mais frequente, intensa e relevante (Porto de Abrigo da Torreira, Bestida, Bico e Gafanha d'Aquém) que as necessidades em termos de equipamentos e estruturas são mais sentidas, quer em termos da sua insuficiência ou da sua inexistência.

Em relação às necessidades dos cais apontadas pelos entrevistados, é também visível a preocupação com a manutenção da actividade piscatória, nos cais onde essa actividade apresenta uma forte componente. Para tal, identificam como necessidades a criação de rampas, plataformas flutuantes, condições adequadas para a acostagem, requalificação das estruturas existentes, construção de armazéns de apresto e locais para selecção e lavagem de produtos da pesca. No entanto, também é notória a preocupação em criar condições para que estes locais se tornem mais atractivos para a prática de actividades turísticas e de lazer. Como exemplo, referem-se as necessidades apontadas para o Cais do Areão (único, como já foi referido, que não apresenta qualquer utilização): requalificação paisagística e das margens, criação de plataforma para observação de aves, e de um mini-museu ou apoio de pista ciclável.

Estes dados, em conjunto com os analisados na secção anterior, demonstram que se se pretender manter a pesca como uma actividade viva e relevante, tanto económica como social e culturalmente, na Ria de Aveiro, proporcionando assim a continuidade da tradição de ligação entre esta área lagunar e a vida das comunidades envolventes, dever-se-á proceder a intervenções nos cais de acordo com as necessidades e aspirações dos seus utilizadores. Essas intervenções devem ser, para os entrevistados, além das já referidas relativamente aos equipamentos/estruturas,

executadas quer em termos de melhorias físicas (ex. requalificação dos muros de suporte, melhoria da navegabilidade, consolidação das margens e do canal), quer em termos naturais e ambientais (ex. desassoreamento, limpeza da envolvente, despoluição, arranjo paisagístico).

Avaliação da Relevância e Potencialidades dos Cais

Como temos vindo a referir, na maior parte dos 22 cais em análise, existe actividade piscatória que ainda assume importância económica para as comunidades envolventes, seja como actividade principal, seja como actividade complementar. Não é por isso surpreendente que 67,5% dos inquiridos apontem a pesca como uma das potencialidades a fomentar e a desenvolver. Também (embora com percentagens modestas) as actividades ligadas ao desporto e ao recreio são apontadas (figura 7).

É exactamente nos cais onde a pesca possui já actualmente maior importância, que os inquiridos reconhecem o seu potencial

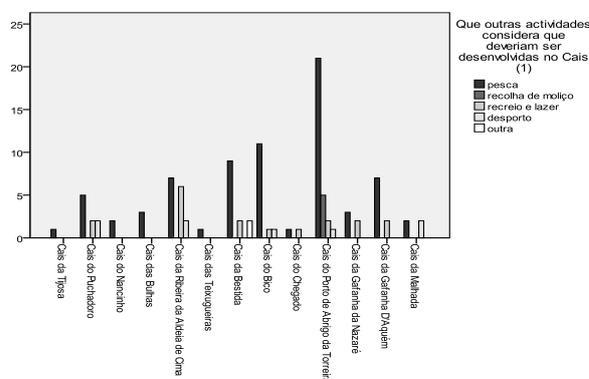


Figura 7: Potencialidades dos cais, por cais (n.º)

de desenvolvimento futuro, reforçando assim o desejo de manter uma actividade económica com longas tradições na área da Ria de Aveiro. Por outro lado, saliente-se que a *recolha de moliço*, outra actividade tradicional (e em acentuadíssimo declínio), é apontada somente por 6 (5,5%) inquiridos, todos eles do cais do Porto de Abrigo da Torreira.

Quando inquiridos, concretamente, acerca da relevância dos cais para actividades de natureza turística e recreativa, 62,4% dos indivíduos consideram que os cais apresentam potencialidades nestes domínios, particularmente no que se refere à pesca desportiva e aos passeios de barco, essencialmente se forem criadas condições para tal.

No mesmo sentido, os entrevistados referiram como grande potencialidade a desenvolver as actividades relacionadas com recreio/lazer e turismo. É também referido em 6 dos 22 cais que se deve desenvolver e potenciar as actividades desportivas, quer a canoagem, quer a pesca desportiva, quer outros desportos náuticos (nomeadamente, nos cais do Puchadouro, da Ribeira da Aldeia, dos Moliceiros das Quintas do Norte, da Ribeira de Esqueira e do Areão). No caso do Cais do Porto de Abrigo da Torreira é referido que apenas se deve potenciar e desenvolver a pesca artesanal, uma vez que este cais é e deve continuar a ser utilizado apenas pelos pescadores que aí exercem a sua actividade profissional.

Quanto às percepções sobre a relevância social e cultural dos cais, observa-se que a maior parte dos inquiridos não reconhece importância a estas infraestruturas neste domínio, designadamente no que se refere à sua utilização em eventos desportivos, festas e tradições das comunidades envolventes. Nos escassos casos em

que essa relevância é reconhecida, salienta-se o uso dos cais para a realização de procissões e outras manifestações de carácter religioso e para as corridas de moliceiros e barcos de vela.

Em termos globais, a importância dos cais para as freguesias e localidades onde se inserem é inegável (96,3% dos inquiridos refere esta importância global). Mais uma vez, a função económica é apontada de forma clara e inequívoca como justificação (64,1%), aspecto a que se seguem (com percentagens bastante menos expressivas) a sua importância histórica e cultural e a sua potencial utilização para o desenvolvimento de actividades turísticas. Da mesma forma, os entrevistados referiram que nos cais onde é praticada a pesca artesanal, é a importância económica associada a essa actividade, aquela que mais se destaca. Esta afirmação deve-se ao facto de muitas famílias destes locais viverem do rendimento que a pesca artesanal proporciona, pelo que necessitam da existência destas infra-estruturas para a sua sobrevivência, o que vem comprovar os dados obtidos nos inquéritos. No entanto, além da importância económica, é comumente referida pelos vários entrevistados, a importância social, cultural e histórica destes cais, apesar de estarem subaproveitados a este respeito.

Assim, parece evidente que os cais são percebidos como importantes sobretudo pelo seu papel na actividade piscatória. É igualmente por referência a esta actividade e à sua relevância económica para as comunidades envolventes, que os inquiridos reconhecem potencialidades de desenvolvimento, sobretudo se as necessidades e problemas identificados forem alvo de intervenção, no sentido da sua solução e/ou minimização.

CONCLUSÕES

Verificou-se com este estudo que existem cais com diferentes dinâmicas associadas. No entanto na sua maioria os cais têm pouca ou nenhuma dinâmica, existindo alguns muito frequentados/utilizados pelos agentes, essencialmente locais. Entre estes podemos apontar o Cais da Ribeira da Aldeia de Cima, o Cais Porto de Abrigo da Torreira, o Cais da Bestida ou o Cais da Gafanha de Aquém como alguns exemplos.

O potencial dos cais pode ser diferenciado entre (i) potencial para atractividade da região; (ii) potencial para protecção/valorização natural e ecológica; (iii) potencial para o desenvolvimento de recreio/lazer e turístico; (iv) potencial para o desenvolvimento de actividades desportivas; (v) potencial para o desenvolvimento sociocultural e (vi) potencial para o desenvolvimento económico. Constatou-se que a maioria dos cais tem elevado potencial aos diversos níveis, mesmo entre aqueles que no presente possuem pouca ou nenhuma dinâmica. Os potenciais mais evidentes entre os cais são o potencial para a protecção/valorização natural e ecológica e também o potencial para o desenvolvimento de recreio/lazer e turístico. Neste sentido evidencia-se por um lado a continuação da pesca como actividade predominante e cuja importância económica ao nível local leva a que os agentes pretendam a exclusividade de utilização nos cais de

apoio. Por outro lado emergem novas potencialidades associadas à valorização das funções e serviços ecológicos da Ria e ao desenvolvimento / melhor aproveitamento dos valores naturais e paisagísticos da Ria, associados a novos estilos de vida em que o usufruto do tempo de lazer e recreio criam oportunidades de desenvolvimento de actividades quer sociais quer económicas que podem redimensionar a área de influência dos cais onde se desenvolvem.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à entidade gestora do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* a autorização para a utilização dos dados recolhidos no âmbito do *Estudo de Caracterização para o Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares*. Agradecem ainda aos alunos da Licenciatura em Ciências do Mar a colaboração na recolha de dados e ao Mestre Joaquim Reis a colaboração na recolha e análise de dados.

Agradecem ainda a todas as entidades que se disponibilizaram para a realização de entrevistas, bem como aos utilizadores dos cais que se disponibilizaram para responder aos inquéritos.

LITERATURA CITADA

- ALVES, M. F., MARTINS, F., COELHO, C., FONSECA, H. 2001. Percursos a Integrar numa Rede de Corredores Verdes para a Ria de Aveiro – um Exercício de Planeamento, *Seminário Internacional sobre Corredores Verdes, CCRC, Coimbra, 18-19 Junho 2001*
- DGOTDU, 2004. H.N., 1944. *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Volume 3, Lisboa, Portugal: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 139-146
- ICN, 2006. *Plano Sectorial da Rede Natura 2000: Zonas de Protecção Especial – ZPE Ria de Aveiro*. Lisboa, Portugal: Instituto de Conservação da Natureza, 10p.
- LUCCI, L., 1918. *Estudos Geográficos – Alterações Litorais: a Ria de Aveiro*, Lisboa
- MOREIRINHAS, M. L., 1998. *Solidariedade e Sobrevivência na Ria de Aveiro – Os pescadores do Chincorro da Torreira*. Câmara Municipal da Murtosa, Murtosa, Portugal
- NOBRE, A., AFREIXO, J., MACEDO, J., 1915. *A Ria de Aveiro – Relatório oficial do Regulamento da Ria de 28 de Dezembro de 1912*, Lisboa
- RANCHO FOLCLÓRICO DA CASA DO POVO DE ÍLHAVO, S/D. *Formação da Ria e Zona Ribeirinha*, edição do Museu de Ovar
- SARMENTO, C., 2005. O espaço e a economia da Ria de Aveiro: pescas, agricultura e extracção do moliço, *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, n.º 5, IPP-ISCAP, 207-254